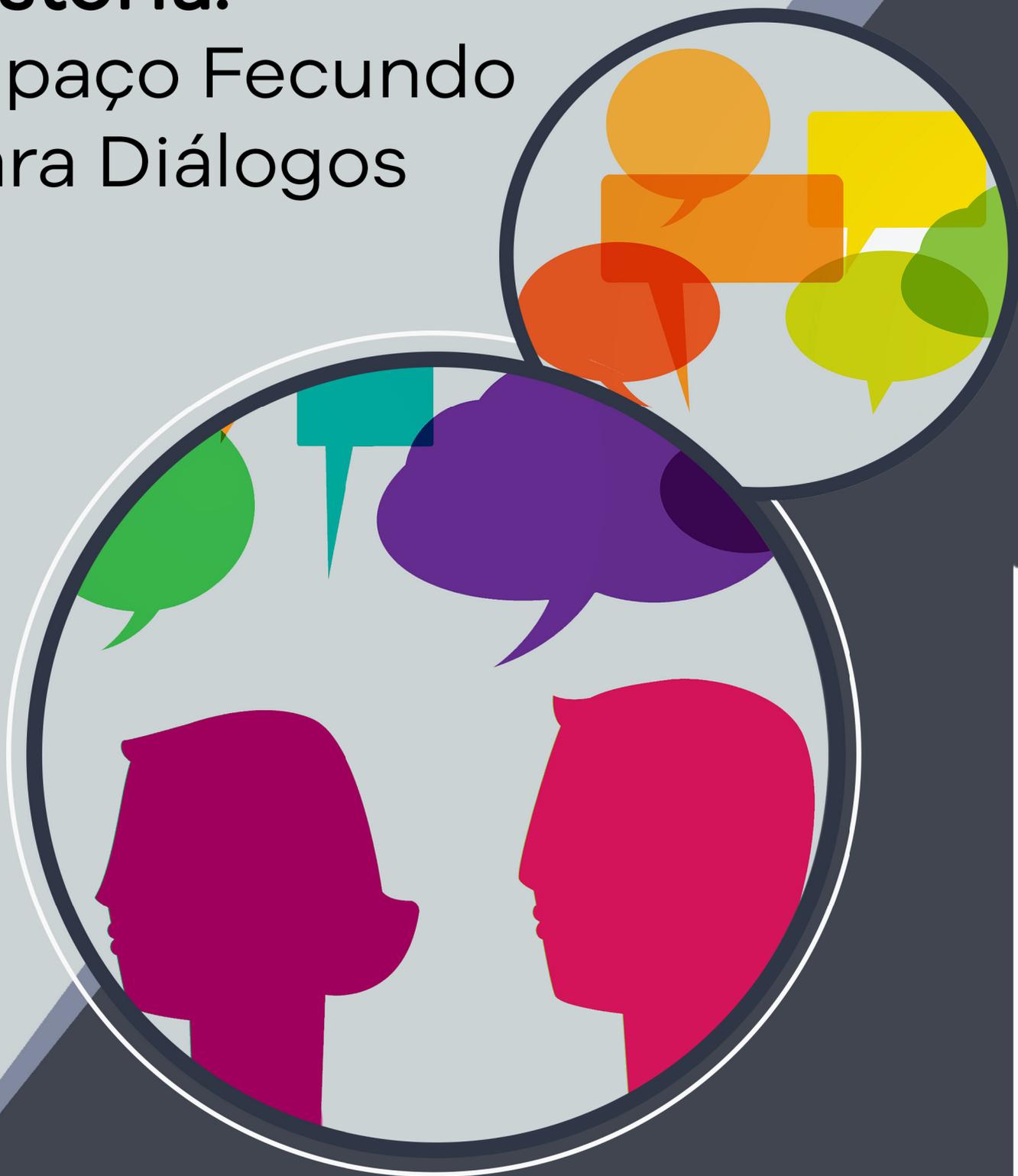


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLET-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO

Jaqueline Berdian de Oliveira

Administradora pela Universidade Regional Integrada Campos de Erechim (URI) e aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração Universidade Passo Fundo - 176217@upf.br

André da Silva Pereira

Doutor Economia UFRGS.
Professor do PPGAdm/UPF

RESUMO: O objetivo deste ensaio é estimular o pensamento crítico nos estudos organizacionais sob a perspectiva decolonial. O compromisso instigante em desenvolver estudos com viés decolonial se sustenta no propósito de romper com as formas metodológicas tradicionais, principalmente aquelas de direção positivista funcionalista. Defende-se aqui a oposição ao projeto de exploração, dominação e colonização dos povos não situados no Ocidente e na América do Norte. Apesar da independência formalizada dos países ditos periféricos a colonialidade permaneceu e segue disfarçada até hoje. Além das consequências políticas, econômicas, sociais e culturais da colonização que ainda persistem nos continentes colonizados, verifica-se igualmente, consequências epistemológicas na forma como o terceiro mundo é representado no campo científico. A colonialidade persiste e reproduz sua dominação nas dimensões do poder, do ser, do saber e da natureza, formando

a matriz colonial do poder entrelaçada pelos controles da economia e autoridade, do gênero e sexualidade, da subjetividade e conhecimento, da natureza e recursos naturais. Este ensaio reforça a indispensabilidade de se fortalecer uma educação superior e espaços de ensino e aprendizagem que se materializem em processos de interação e vivências formativas calcadas na realidade dos envolvidos e que permitam o desenvolvimento de experiências indispensáveis ao exercício ativo e reflexivo da cidadania. Almeja-se o ensino de estudos organizacionais que não afaste a diversidade da cultura, os costumes dos povos, a identidade das raças, e que potencialize a capacidade de transformação do ser humano esculpido pela cidadania democrática, pelo pensamento crítico, pela capacidade criativa. Só assim garantir-se-á um futuro que não repita um passado marcado pela injustiça social, subordinação epistêmica, dependência econômica e degradação da história dos povos colonizados.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade Epistêmica; Estudos Organizacionais; Giro Decolonial; Pensamento Crítico; Eurocentrismo.

1 | INTRODUÇÃO

A colonialidade é um dos elementos fundantes do pensamento decolonial que

se assenta no debate sobre como as estruturas de poder e dominação dos países centrais se enraizaram sobre os periféricos, mesmo após o fim das relações políticas de soberania caracterizada pelo predomínio do colonizador sobre o colonizado. Os processos de independência política das colônias não livraram as sociedades dominadas do controle direto, explícito, cultural, social, econômico e epistêmico das sociedades dominantes.

A colonialidade epistêmica é entendida como a imposição de conhecimentos produzidos a partir de outra realidade e que se sobrepõe às práticas e conhecimentos locais, terminando por provocar a subalternização destes (IBARRA-COLADO, 2006; MIGNOLO, 2011).

Nesta perspectiva, desenvolvimento e subdesenvolvimento, oriente e ocidente, centro e periferia são constructos de uma tradição intelectual que tem como substrato o contexto histórico no qual a Europa se consolida como modelo de sociedade hegemônica. O eurocentrismo opera um tipo de “racismo epistêmico” que segrega e dispensa o conhecimento produzido fora de suas fronteiras sob o argumento de ele ser particularístico, incapaz de alcançar a universalidade (MIGNOLO, 2002). Para as teorias clássicas, advindas da epistemologia hegemônica, os grupos dos países denominados periféricos não detêm uma consciência de classe, uma linguagem específica capaz de expressar e fazer valer seus interesses e, portanto, não se encontram de acordo com a lógica institucional secular da modernidade ocidental (CHAKRABARTY, 2000).

É no suporte dos conceitos advindos da teoria crítica decolonial localizada no âmbito das teorias pós-coloniais que prevalece a epistemologia que possibilita o ir para além do saber pautado e convencionado pelo eurocentrismo, o pensar o conhecimento como meio de transformação do mundo global hegemônico em busca de outros conhecimentos que reflitam o diverso, os saberes das sociedades não europeias portadoras de outros repertórios, detentoras das suas próprias histórias e conscientes das suas responsabilidades e das atribuições coletivas (MIGNOLO, 2014).

Debruçar-se na perspectiva decolonial é reforçar o ímpeto da luta pela justiça social e pela emancipação dos povos colonizados. É neste horizonte que se percebe a importância do empoderar a sociedade para o entendimento e a visão do que não é visível para tantas pessoas. São catastróficos os quadros social, cultural e econômico apresentados por muitos países sul-americanos, africanos e de outros países que sofrem com o atual padrão de poder mundial delineado pela falta de legitimação dos Estados, pelos fatores de desordens sociais e econômicas, pela exploração, escravidão e servidão, pelas disfunções na gestão pública e que, conseqüentemente, estão a exigir o repensar dos estudos organizacionais, da ruptura da forte influência Euro-Norte-Americana que impede teorizações apropriadas em consonância à realidade destes povos oprimidos.

A perspectiva decolonial não desconsidera referenciais hegemônicos, mas

também não perde de vista o contexto onde as questões reais são problematizadas. Fomentar as agendas de pesquisas, contextualizar experiências entre pesquisadores, cientistas e intelectuais dos países oprimidos, projetar novas formas de intervenção para promoção da participação popular tornam-se proposições de debate e caminhos a serem percorridos. Delineado o contexto, quais serão as alternativas a se percorrer? Como se pode produzir outro tipo de conhecimento com as metodologias convencionais? Como realizar pesquisas decoloniais em face da preponderância de abordagens eurocêntricas? É possível cultivar a consciência e práticas críticas em relação às realidades locais das regiões colonizadas? Como afastar esta condição alienada perpetuada pelo poder hegemônico da ciência? Estas e outras questões trazem à tona a inquietação que o tema decolonialidade suscita.

Neste percurso reflexivo este trabalho está organizado em três sessões, começando por esta introdução, seguida de referencial teórico que articula a conjuntura na construção do pensamento decolonial, a decolonialidade do pensamento e os estudos organizacionais, a importância do ensino superior nesta trajetória e, por fim, as considerações finais do estudo. Várias questões, inúmeros cenários, multiplicidade de formas, subjetividade, pensamento crítico, tempo e perseverança, e em meio a esta construção de espaços e agendas de estudos no campo das teorias organizacionais este estudo eminente no seu propósito reflexivo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Hasta que los leones tengan sus propios historiadores,
las historias de cacería seguirán
glorificando al cazador.
Proverbio africano

Decolonialidade: Perspectiva Histórica

Colonialidade é um neologismo criado para designar a dominação de poder (QUIJANO, 2000), do ser e do conhecimento que persiste mesmo após a eliminação da dominação política do colonialismo. Segundo Mignolo (2011), a colonialidade é o lado mais escuro e inseparável da modernidade (eurocêntrica), e que é negado pela mesma.

A construção do imaginário do mundo moderno/colonial teve como conceito básico o tempo, que serviu ainda como “um instrumento para controlar o conhecimento e promover uma visão da sociedade baseada no progresso e desenvolvimento” (MIGNOLO, 2011).

A modernidade, construída a partir da cronologia da própria modernidade europeia, elimina a primeira modernidade comandada por Espanha e Portugal apagando, assim, cento e cinquenta anos da história de espoliação da América Latina e reescrevendo a cartografia (geografia) a partir de uma outra cronologia: “a América

Latina, não menos do que qualquer outro significador geopolítico, é sempre o detrito de regimes de temporalização e espacialização que traçam os mapas da história mundial” (MENDIETA, 2008, p. 187).

Para se entender melhor a relação modernidade e colonialidade é preciso atentar-se ao fato de que ambas são partes inseparáveis do mesmo fenômeno e surgem simultaneamente com a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo em 1492, ao passo que a modernidade, como proposto pela autodatação da modernidade europeia, teria começado somente nos séculos XVII/XVIII e seria um fenômeno uno (DUSSEL, 1993). Assim, é neste encontro entre modernidade e colonialidade que surgem a diferença colonial e a diferença imperial (MIGNOLO, 2011), ou seja, a partir do encontro entre o lado externo e o interno da borda (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006).

Apesar de Mignolo e Tlostanova (2006) afirmarem que o pensamento de fronteira representa o método descolonial de fazer pesquisa, este é um conceito que ainda se encontra pouco desenvolvido. Segundo Faria (2013, p. 283-4) podemos dizer que:

O conceito de pensamento da margem desafia a ideia eurocêntrica de que o ‘pensamento’ é deslocalizado. É baseado no argumento de que o pensamento é inevitavelmente localizado. O pensamento da margem se origina da diferença imperial/colonial de poder na formação de subjetividades, como uma resposta à violência da epistemologia imperial/territorial e da retórica da modernidade/globalização eurocêntrica da salvação.

No pensamento pós-colonial a colonialidade seria a face oculta da modernidade, que surge do sentimento de inferioridade imposto nos seres humanos que não se encaixam no modelo eurocêntrico. E nesse sentido a escravidão, o genocídio e a exploração também são parte da modernidade, estão na face da colonialidade. O projeto pós-colonial, ao adotar essa noção de colonialidade, sugere uma mudança de posicionamento diante da história, deixando de pensar a modernidade como um objetivo e vendo-a como uma construção europeia da história a favor dos interesses da Europa (MIGNOLO, 2007).

Um outro ponto pertinente para se ter a visão histórica dos fatos que abarca o movimento colonialidade/modernidade diz respeito aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Após a 2ª Guerra Mundial estes conceitos ocuparam o lugar na retórica da modernidade que era desempenhado antes pelo progresso no século XIX (MIGNOLO, 2011), e os Estados Unidos assumem o lugar de centro espaço temporal como sucessores da Europa. Subdesenvolvimento e Terceiro Mundo são conceitos que não existiam antes da 2ª Guerra Mundial.

Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram criados para reorganizar as diferenças coloniais temporais e espaciais: “ao categorizar o mundo subdesenvolvido tanto como atrás no *tempo* tanto como longe no *espaço*, o subdesenvolvido e o Terceiro Mundo tornaram-se indistinguíveis” (MIGNOLO, 2007,

p. 473).

Esta retórica foi complementada, durante a Guerra Fria, pela classificação de localizações geo-históricas de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos (MIGNOLO, 2007). Modernidade, progresso e desenvolvimento não podem ser concebidos sem uma concepção linear de tempo definindo um ponto de chegada (MIGNOLO, 2011).

Nesta construção histórica produzida pelos países eurocentristas à sombra dos estudos decoloniais busca-se romper com estratégias de controle teóricos e epistêmicos adotados e legitimados pela modernidade oferecendo novas formas de compreensão da realidade social totalizante, por meio de outras formas de enunciação particulares, possíveis e múltiplas de desenvolvimento. (ESCOBAR, 2008).

O decolonialismo conceituado por Mignolo (2011) são as atitudes, projetos, objetivos e esforços para o desligamento das promessas de modernidade e as condições desumanas criadas pelo colonialismo, sendo necessário o desligamento da base teológica e das fundações europeias para a epistemologia e a hermenêutica.

Finalizando esta exposição preliminar de fatos históricos pode-se entender a importância do tema decolonialidade e a relevância de reflexividade sobre o mesmo. Alguns pontos relevantes para auxiliar na reflexão e análise crítica do assunto serão discorridos a seguir.

O Giro Decolonial: Decolonizando o Pensamento

A crítica ao eurocentrismo teórico das ciências sociais ganha no projeto do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade a sua configuração mais recente. Tal associação começou a se constituir em 1998, após o desmembramento do Grupo de Estudos Subalternos, formado em 1992, que havia tentado, pela primeira vez, organizar um debate interdisciplinar acerca da historiografia e das perspectivas subalternas latino-americanas. Escorado em cânones ocidentais do pós-estruturalismo e pós-modernismo – Foucault e Derrida – o grupo recém-formado dividiu-se entre aqueles que consideravam a subalternidade como parte ou continuidade dessas abordagens e aqueles que reivindicavam maior radicalidade da crítica anti-eurocêntrica e, por conseguinte, uma ruptura com o esquema epistêmico ocidental. (GROSFOGUEL, 2008, p.116).

Devido às divergências teóricas, o grupo se decompôs, dando origem ao projeto da decolonialidade. O giro decolonial defendido por Quijano é um movimento indissociavelmente teórico, ético e político, questiona as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos no que diz respeito às ciências sociais. Oriundos da América Latina e instalados nas universidades dos Estados Unidos, estudiosos como os já citados “*Walter Mignolo e Aníbal Quijano assumem o desafio epistemológico do giro decolonial que exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica setentrional*” Ribeiro (2014, p.72).

O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo (MIGNOLO, 2003).

O pensamento decolonial “tem como razão de ser e objetivo, a decolonialidade do poder” (MIGNOLO, 2007, p. 30) e, para isso, é premente “a descolonização epistemológica, a fim de dar um largo passo em direção a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade.” (QUIJANO, 1992, p.447).

É necessário compreender ainda, que “a pluriversalidade transmoderna transcende a modernidade eurocêntrica ao não propor a substituição desta por outra modernidade, mas, sim, a construção de um mundo em que diversos mundos e conhecimentos podem coexistir.” (FARIA e WANDERLEI, 2013, p. 572). A colonialidade reproduz a dominação em quatro dimensões: poder, ser, saber (QUIJANO 2000) e natureza (WALSH, 2007), formando, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

Assim, o conceito de colonialidade do poder – as relações de colonialidade nas esferas política e econômica que não se extinguíram com o colonialismo – foi estendido para outros âmbitos, formando a matriz colonial do poder, ou seja, o entrelaçamento entre o controle da economia; da autoridade; do gênero e da sexualidade; da subjetividade; do conhecimento e da natureza e dos recursos naturais (MIGNOLO, 2010).

Para Mignolo (2011) devemos mobilizar a geopolítica do conhecimento a fim de mudar o foco daquilo que é enunciado para a enunciação; para tanto, devemos nos perguntar “quem e quando, por que e onde o conhecimento é gerado” (MIGNOLO, 2009, p. 4). Estes conceitos são fundamentais para que se possa promover a descolonialidade, a fim de que possam ser desvelados conhecimentos que ficaram subalternizados pela imposição da colonialidade epistêmica (IBARRA-COLADO, 2006).

O que dizer da trama de dominação colonial pela qual passou os indígenas no Brasil que tiveram suas identidades corroídas e suas autoestimas esfaceladas, onde a classificação dos indígenas beirava o quase-humanos (não como humanos!), ou seja, passíveis, por sua própria natureza “selvagem e inferior”, de serem dominados pelos europeus. O direito da Europa em exigir desses povos indígenas a subserviência política aos reis de suas coroas; de submeter esses nativos à conversão cristã, ou à religião oficial do Estado Espanhol-Português, o direito de punir práticas tradicionais e costumeiras dos nativos, impondo uma hierarquização moral do europeu sobre os índios.

E neste ponto fica oportuno se fazer um paralelo com o contexto brasileiro no que se refere às produções científicas na área das ciências sociais aplicadas.

Diversos autores nacionais apontam que a literatura em administração e estudos organizacionais segue uma lógica construída a partir de outras realidades e que são acriticamente adotados pela academia local. Para Bertero (2009, p. 4) “não resta dúvida de que a administração chega ao Brasil em um momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja pela capacidade norte-americana de influenciar, às vezes decisivamente, organismos internacionais”. O mesmo parece se refletir nas agendas de pesquisa que são importadas acriticamente e espelham “anistoricamente a reflexão teórica que se faz nos países cêntricos” (MARTINS; MUNTEAL, 2012).

A intelectualidade brasileira, talvez seja uma das mais infectada pela relação colonial, e por conta dessa chaga que afeta justamente o núcleo pensante de nossa nação, é tão difícil mudanças estruturais, em um sentido decolonial, em nosso país. Já em 1957 Guerreiro Ramos condenava a “sociologia enlatada” e reclamava a “redução sociológica”, em razão ao fato (ainda não superado hoje) da elite intelectual brasileira sentir-se um “cachorro vira-lata” na ciência e na filosofia mundial, adotando, com espírito de reverência, tudo o que é nitidamente eurocêntrico, como podemos nós acusar o povo de ser um “colonizado feliz”?

Estudos Decoloniais e Teorias Organizacionais

Estudos Organizacionais (EO) *“limitaram-se a teorias tradicionais e métodos retirados do Centro, a fim de replicar suas descobertas”* (IBARRA-COLADO, 2006, p. 470). A realidade de América Latina requer outras visões de mundo que sejam capazes de lidar com as crises da modernidade, levando em consideração os conhecimentos e experiências das populações locais tradicionais.

Bourdieu resume muito bem a perspectiva do colonialismo quando utiliza a noção de capital do marxismo como relação social e a ideia de que a posse de capital econômico provê poder sobre os que não têm. Todavia, Bourdieu expande essa noção a outras formas de riqueza, empregando conceitos como os de capital cultural e intelectual, entre outros (BOURDIEU, 2003a; BOURDIEU, 2003b).

Ibarra-Colado (2006) identifica a presença de um conjunto de mecanismos que busca, sobretudo, marginalizar o conhecimento produzido na região, restando ao pesquisador subalterno resistir ou se sujeitar às regras impostas pelos países anglófonos, pois “para pertencer à ‘comunidade internacional’, deve falar a língua do Centro, usar seus conceitos, discutir suas agendas e estar em conformidade com o estereótipo do ‘sul imperfeito’, mantendo um ‘silêncio educado’ sobre as causas reais de seus problemas”.

O sistema científico dominante impede a compreensão do mundo periférico a partir de realidades próprias e fundamentadas em “epistemes” desenvolvidas a partir de geo-histórias específicas e interconectadas cuja contribuição continua sendo sistematicamente negada pela geopolítica do conhecimento da modernidade (WALSH, 2007).

Paulo Freire indica que toda dominação implica uma invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como fosse o amigo que ajuda. No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente o invadido. Invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade (Freire, 2005, p. 173-174).

A opção decolonial não é apenas “uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer” (MIGNOLO, 2014, p.44). Isto quer dizer que é uma forma de, “viver e conviver com aqueles que acham que a opção decolonial é a deles e com aqueles que tem encontrado opções paralelas e complementárias à decolonial” (MIGNOLO, 2014, p. 44).

Portanto, é imprescindível assumir a necessidade de romper com a colonialidade epistêmica, uma vez que, conforme salientam Abdalla e Faria “a *opção decolonial é concebida não apenas por um conceito ou por uma definição, mas principalmente, por ação e engajamento. Estes requerem desobediência para desafiar a colonialidade do conhecimento imposta há mais de cinco séculos pela modernidade eurocêntrica universalista, em detrimento da transmodernidade pluriversal*” (ABDALLA e FARIA, 2015).

Neste sentido, segundo Borsani e Quintero (2014, p.17) a decolonialidade “inquieta e desassossega. Convida a práticas desobedientes, a desprendimentos e a indisciplinas, a dar um giro, a virar a hegemonia ocidental e imperial que impôs uma ordem mundial à custa dos interesses de domínio e opressão”.

O Papel da Universidade no Contexto Decolonial

O que mais respalda a bandeira do decolonialismo no ensino brasileiro é o projeto pedagógico de Freire que visa à formação de uma percepção crítica da realidade opressora pelos educandos e a problematização de temas antes não questionados e de situações e condições antes assimiladas como naturais: “a análise crítica de uma dimensão significativa existencial possibilita aos indivíduos uma nova postura, também crítica, em face das situações-limites” (Freire, 2005, p. 112).

Como base conceitual, a teoria crítica rejeita o determinismo, o idealismo e o positivismo; como plataforma política, luta contra a opressão, a exclusão social e a herança colonial. Um dos predicados básicos dessa teoria aplicada ao campo da educação é a recusa da tese da neutralidade política do conhecimento, das instituições de ensino-aprendizagem e das práticas educativas.

Nesse aspecto (FREIRE, 1997) afirma que “não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis.” Essa perspectiva das práticas educativas, inevitavelmente, revela uma contradição política de base: a educação pode

assumir uma direção excludente, alienante, individualista, reprodutora do sistema hegemônico (numa palavra: elitista) ou, ao contrário, uma orientação democrática, libertadora, respeitadora das diversidades e emancipatória (enfim: popular). Esse dilema produz e reproduz modelos de sociedade distintos e antagônicos.

O papel primeiro de uma universidade que se pretende popular é sua opção descolonial na promoção da democracia cognitiva (QUIJANO, 2009; MIGNOLO, 2008). Boaventura de Sousa Santos (2008) assinala que a democracia implica não somente participação política, mas apropriação e compreensão dos saberes necessários à participação consciente dos sujeitos em todos os aspectos da vida social. Considera ainda que, além da formação de profissionais críticos, a missão de uma universidade renovada em suas práticas políticas e pedagógicas se estende ao desenvolvimento de competências transformadoras, superando a segregação de sujeitos e a compartimentalização do conhecimento. (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008).

A educação superior assume o papel de transformação social quando promove a descolonização das mentes, das consciências e das práticas educacionais e sociais, quando contribui para a reversão das injustiças, das desigualdades.

Neste momento cabe uma reflexão quanto à violência da metodologia “disciplinada” que se naturaliza e manifesta quando se segue um protocolo sequencial de ações para atingir um conhecimento, segundo as “regras do colonizador” (HABER, 2011, p.29).

Estende-se este quadro às exigências dos programas de mestrado e doutorado quanto à elaboração de um projeto de pesquisa em “formato” predeterminado. Esta prática se torna uma imposição violenta daquilo que seria cientificamente recomendável porque desta forma continua-se a perpetuar o positivismo, considerado como “totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2010 p.10).

De acordo com Bourdieu (2002), os que têm a oportunidade de dedicar a vida ao estudo e ao mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, presos em uma “torre de marfim”, longe das lutas, identificados erroneamente como a objetividade científica, sobretudo quando o resultado dessa será o futuro do nosso mundo, especialmente no caso da globalização, com a “vulgata neoliberal, ortodoxia econômico política tão universalmente imposta e tão unanimemente admitida que parece fora das influências da discussão e contestação”.

Bourdieu convida os pesquisadores a transcenderem a *fronteira sagrada*, para sair resolutamente do microcosmo acadêmico e entrar em interatividade com o mundo exterior. Este convite de Bourdieu só atingirá seu intento com coragem, criticidade, paixão pelas origens. Pensar e problematizar o contexto do Brasil e da América Latina requer o enfrentamento com as concepções que nos foram transmitidas ao longo de todo um processo de formação, dentro de um padrão hegemônico. Será que estamos

dispostos a romper esta barreira?

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade se mantém viva no saber, na cultura, no senso comum, na autoimagem, no cotidiano, no comportamento, nas crenças, nas formas de relação do trabalho, nas formas de pensar (DIAS apud TORRES, 2015).

O decolonial evidencia uma luta contínua que busca incentivar “lugares” de externalidade e construções alternativas que permitam libertar aquilo ou aqueles que foram reprimidos pela colonização (WALSH, 2009; MARTINS, 2012).

O Pensamento Decolonial, como já foi dito, não visa a total negação da “episteme” construída pela hegemonia eurocêntrica. O principal objetivo desse projeto normativo e pluriversalista é apontar máculas, omissões, verdades mal contadas, fraturas e violência da modernidade sobre os ‘outros’ e conhecimentos subalternizados. Nas palavras de Restrepo e Rojas (2010), a inflexão decolonial não faz suas denúncias para reclamar uma posição de verdade absoluta; em suma, seus autores propõem uma *“ética y una política de la pluriversalidad que constituye una apuesta por hacer viables la multiplicidad de conocimientos, formas de ser y de aspiraciones sobre el mundo”* (p.21).

O projeto decolonial reconhece a dominação colonial nas margens/ fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), bem como reconhece a dominação colonial nas margens/fronteiras internas do império, por exemplo, negro e chicanos nos Estados Unidos, paquistaneses e indianos na Inglaterra, magrebinos na França, negros e indígenas no Brasil.

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento, capaz de inserir uma perspectiva libertadora tanto no campo da teorização quanto na esfera da ação.

É tempo de se deixar impactar por agenda de pesquisas que contemple distintos tópicos, onde fica a experiência negra e indígena tão presentes na sociedade brasileira, por exemplo? O paradigma indígena de pesquisa é uma proposta recente que irrompe nos espaços classicamente destinados à ciência moderna. Diferenciando-se dos espaços de ensino seculares eurocêntricos e tradicionais, ressalta-se a necessidade de atenção e reconhecimento a todos os povos, independente de cor e raça, e a integração de seus saberes no mundo acadêmico universitário segundo os princípios da pluriversalidade.

A proposta de Weise (2010) tipifica uma universidade intercultural que vem ao encontro do sentimento decolonial: acolhem a população de mais de uma origem cultural; integram no currículo saberes de várias origens culturais ou os relacionam; têm um sentido de busca da equidade e remetem ao reconhecimento profundo da diversidade cultural, entendida como visões de mundo, valores, sensibilidades,

marcos de interpretação e de ação.

A perspectiva pós-colonial assinala para a necessidade de dar relevância ao discurso produzido pelos grupos excluídos e oprimidos. Para que nós, pesquisadores, possamos conceber novos objetos de investigação que tragam à tona a nossa realidade teremos que tomar uma distância crítica das formas de classificação e métodos construídos em outros contextos hegemônicos. É fundamental que possamos tomar uma postura de sujeitos críticos para não incorreremos no risco de ofuscar a visão da nossa própria realidade.

Por fim, existe convergência entre o modo de pensar decolonial com a concepção de educação de Paulo Freire. Para Freire o ponto central para superar a “colonização do ser” é a educação libertadora, e essa educação tem algumas características que se opõem à educação “bancária”. Na visão bancária da educação o educador se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educados serão sempre os que não sabem. (Freire, 2005, p. 67). A proposta de superação de uma concepção bancária de educação, na qual o educador se isola em uma torre de marfim, se aproxima da proposta de descolonização epistêmica (Mignolo, 2004), que pressupõe a superação da hierarquia entre os centros produtores e receptores de conhecimento, e a superação da assimetria entre investigadores e investigados. Nesse sentido, o ensino e a produção no campo dos estudos organizacionais e nas ciências deve ser capaz de considerar – em um mesmo nível de relevância e não como hierarquicamente inferior – a episteme de diferentes grupos, historicamente excluídos ou entendidos como não-modernos.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M; FARIA, M. *Em defesa da opção decolonial em administração: rumo à uma concepção de agenda*. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5, 2015, Florianópolis. Anais Florianópolis, Brasil, 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014.

BERTERO, C. *Pesquisa e ensino em administração*. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p. (Relatório de pesquisa 11/2009).

BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Título original: Le pouvoir symbolique. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a. 322 p. ISBN 8528699633.

_____. *A Economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003b.

_____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 98p. ISBN 8575110322.

_____. *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu*. Tradução: André Telles. Título original: Contre-feux: por un mouvement social européen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a. ISBN 8571106134.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2000.

CORBISIER, R. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1957.

DIAS, Leticia Otero. O feminismo decolonial de Maria Lugones. 8º ENEPED UFGD. 5º EPEX – Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. UEMS. Janeiro/2015.

DUSSEL, E. 1492. O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, A. *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo?* In: LANDER, E. (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (2ª ed.). Buenos Aires: Ediciones Circos, 2011.

FARIA, A. *Border thinking in action: Should critical management studies get anything done?* In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 277-308, 2013.

FARIA, A.; WANDERLEY, S.; REIS, Y.; CELANO, A. *Can the Subaltern Teach? Performativity otherwise through anthropophagy*. In: MALIN, V.; MURPHY, J.; SILTAOJA, M. (Orgs.). *Dialogues in Critical Management Studies*, v. 2, p. 205-224, 2013

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 47ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005 (1970).

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, “Sérgio. Diálogos sobre o vivido: diálogos entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire”. *Educação, Sociedade e Culturas*, n. 23, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 115-147.

HABER, A. F. *Nometodología payanesa*. Notas de metodología indisciplinada. *Revista Chilena de Antropología*, n. 23, 1 Semestre, p. 9-49, 2011.

IBARRA COLADO, E. *Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins*. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 489-508, 2006.

JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1958.

MARTINS, P.E.; MUNTEAL, O. Para não ser mais um palimpsesto. In: Martins, P. E. e Munteal, O. (Orgs.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*, p. 15-17, Rio de Janeiro: Editora PUC Rio e Editora FGV, 2012.

MENDIETA, E. Remapping Latin American Studies: *Postcolonialism, Subaltern Studies, Post-Occidentalism and Globalization Theory*. In: Moraña, M.; Dussel, E.; Jáuregui, A. (Eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, p. 286-306. Durham & London: Duke University Press. 2008.

MIGNOLO, W. *Herencias coloniales y teorías postcoloniales*. In B. Stephan (Org.) *Cultura y Tercer Mundo*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. 1996.

_____. W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. *The South Atlantic Quarterly*, n.1, 2002. pp.57-96.

_____. Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. (2004). "Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica". In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente. 'Um discurso sobre as Ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, p. 667-709.

_____. W.; Tlostanova, M. Theorizing from the Borders: shifting to Geo- and BodyPolitics of Knowledge. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, 2006. p. 205-221.

_____. W. *Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality*. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, 2007. p. 449-514.

_____. Walter. *Desobediência epistêmica: Opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. W. *Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom*. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.

_____. W. "Cosmopolitanism and the de- -colonial option". *Studies in Philosophy and Education*, 29 (2): 111-127. 2010.

_____. W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. London: Duke University Press, 2011.

_____. W. *Hacia la cartografía de un nuevo mundo: pensamiento descolonial y desoccidentalización* (entrevista realizada por Francisco Carballo). *Otros Logos*, nº3. December, 2013. P. 237-267.

MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy, In: BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (Eds.). *Coloniality at large: latinamerican and poscolonial debate*. Durham; London: Duke University Press, 2008.

PEASE, D. US Imperialism: global dominance without colonies. In: H. Schwarz; S. Ray (Eds.) *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing. 2005.

POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva coronica y buen gobierno*. México: Fondo de Cultura Económica, 3 v., 1980.

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social", *Journal of World-System Research*. (2):

342-386. 2000.

_____(1992). "*Colonialidad y modernidad/racionalidad*". En Heraclio Bonilla (comp). Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo.1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAMOS, GUERREIRO *A Redução Sociológica: Introdução ao estudo da razão Sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB.1958.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, AdeliaMiglievich. Por uma razão decolonial: desafios ético-políticoepistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*.PortoAlegre.v. 14. Nº1. P.66-80. Janabri.2014.

SOUZA, J. *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA-FILHO, Naomar. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul* . São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S.Um discurso sobre as ciências. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, N. W. (1961) *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB.1961.

SANTIAGO, S. ***Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre dependência cultural***. São Paulo: Perspectiva.1978.

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Revista Nómada*, Abril, No. 26, pp. 102-113. 2007.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, sociedade: luchas (des)coloniales en nuestra época*. Quito, Universidad Andina Simon Bolívar e Abya-Yala. 2009.

WEISE, C. Universidade intercultural. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

